



Manipulação eletrônica sobre fotos da Agência RBS

Para aonde caminham os miseráveis do Brasil?

Fome, desemprego, subhabitação, concentração de renda e apatia política criaram uma nova raça de brasileiros. Os excluídos possuem esperança, mas pouco futuro. Mesmo assim, continuam vivos num país que não está preparado para lidar com o caos social. No que isso vai dar?

Páginas 6, 7 e 8

CRISE NA PM

Monografia de ex-sargento mostra que policial não tem vez nem voz dentro dos quartéis da Brigada Militar

Pág. 5

UNIVERSIDADE

Tamanho das férias incomoda professores, que sugerem calendário mais flexível nas paradas

Pág. 9

TEATRO

Gaúchos se dividem fora e dentro do palco e as criações nativas acabam perdendo público

Pág. 11

ENTREVISTA

O presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira, explica as propostas do sindicato para recuperação salarial

Pág. 12

Causam muitas preocupações os resultados levantados por pesquisa realizada pelo Datafolha, mostrando a situação de diversos segmentos sociais dentro da estrutura da sociedade brasileira. Apesar de toda a euforia demonstrada por nossas autoridades, esses dados mostram que não estamos navegando em águas tão tranquilas. Muito pelo contrário, nossa situação social está a exigir, pelo menos uma reflexão profunda, diante do quadro que se desenha, carregado com as tinturas mais sombrias.

Realmente impressionante é o dado global de que os excluídos representam 59% da população brasileira, a elite representa 8%, os decadentes 14%, os emergentes 3% e os remediados 16% dos brasileiros. Apenas para reforçar o drama desta situação, no caso da Região Sul, sempre alardeada pela sua prosperidade, é onde se encontra em franca expansão a taxa de decadentes, incluindo-se aí, naturalmente o Rio Grande do Sul.

À esta explosiva situação social deve ser acrescentado outro dado que vem chamando a atenção de todos os que estudam ou se preocupam com as características

da população brasileira. Trata-se de um fenômeno que vem ocorrendo em todo mundo e que decorre de melhores condições de vida das populações em geral. Como nas demais, também os brasileiros estão vivendo mais tempo e, conseqüentemente, exigindo mais atenção, mais cuidados, mais empregos e muito mais saúde. Ao contrário do que deveríamos esperar não é exatamente o que está ocorrendo, como todos sabem. A qualidade dos nossos serviços públicos, para citar apenas os de educação e saúde, estão se deteriorando rapidamente, não conseguindo sequer suprir as necessidades de uma pequena parcela da população.

Parece paradoxal que enquanto isto ocorre, elegemos o Mercado como nosso novo Deus. Mas se precisamos de um mercado em expansão, como exigência do novo Estado liberal, de que forma poderemos atingir este objetivo com as perspectivas antes apontadas? Quem sabe a mágica saída seja encontrada também pelo Deus Sociólogo, hoje travestido de Presidente dos Brasis. Enquanto a pergunta persiste, os excluídos aumentam em número e indignação.

De olho nos investimentos privados em C&T - I

Belo Horizonte - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) vai criar um grupo de trabalho para analisar os dados do governo relativos a investimentos do setor privado em ciência e tecnologia. A iniciativa é uma recomendação de sócios da SBPC a partir de denúncias de que itens não relacionados

com a pesquisa científica e tecnológica nas empresas são apresentadas como tal para a obtenção de incentivos fiscais. O tema esteve na pauta da mesa-redonda "Em Defesa da Ciência e Tecnologia no Brasil", durante a 49ª Reunião Anual da SBPC, que contou com a participação dos debatedores Jorge Guimarães (Ufrgs) e Amílcar Baiardi (UFBA).

De olho nos investimentos privados em C&T - II

Belo Horizonte - Os dois debatedores concordaram que a responsabilidade em apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil cabe ao Estado, restando às empresas um papel complementar. Entretanto, discordaram num ponto: para Guimarães, ainda há muito

espaço para o Estado financiar a ciência; enquanto Amílcar considera esgotada a capacidade de financiamento do Estado brasileiro. O professor da Ufrgs propôs o orçamento de R\$ 6,8 bilhões para a C&T no Brasil em 1998, o que representaria 1,4% do PIB nacional. Atualmente, está em 0,7% do PIB.

Fapergs mapeia pesquisa no estado

Porto Alegre - A Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (Fapergs) pretende ser a pioneira no país em descentralizar e integrar os pólos estaduais de pesquisa. Esse é um dos objetivos do programa "Avaliação e expansão da Fapergs", que terá escritórios regionais em Pelotas e Santa Maria, além da sede em Porto Alegre. Cada escritório vai abranger uma região do Estado e vai contar com o apoio executivo e administrativo dos reitores das universidades federais das respectivas cidades. Em breve, a Fapergs lançará

editais idênticos nas três regiões. No primeiro, serão aprovados no máximo cem projetos por região, destinando R\$ 5 mil para cada um, e cujos candidatos devem ter projetos em andamento já financiados por agência federal ou estadual. No segundo edital, serão contemplados dois projetos de pesquisa em ciências agrárias no valor de R\$ 50 mil para cada região. Os projetos devem abordar problemas gaúchos e reunir, no mínimo, duas instituições de pesquisa e/ou ensino superior. O terceiro edital, similar ao segundo, será destinado à área de tecnologia, repassando R\$ 100 mil para cada região.

Condições de trabalho

Porto Alegre - A Adufrgs enviou correspondência ao chefe do Departamento de Ciências Morfológicas do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, professor Vilson Oliveira, protestando contra a carga de 20 horas de aula semanais atribuída aos professores em estágio probatório. Essa carga horária é muito superior ao usual e ao que é

recomendado para que um docente exerça outras atividades, como pesquisa e extensão, indissociáveis à condição de professor universitário e à qualidade do ensino. Assim procedendo, salientou o documento, "o departamento descaracteriza o estágio probatório, cuja função é avaliar todas as dimensões da atividade universitária, resumindo-a numa maratona de aulas".

Elite está nas públicas

Nacional - Pesquisa realizada entre alunos de todo o país revelou o que já é óbvio para todos: que os filhos de famílias mais abastadas conquistam a maior parte das vagas nas universidades públicas. Segundo levantamento divulgado pela Folha de S. Paulo, 56% dos alunos das instituições públicas são provenientes

das classes A e B. E são 55% os alunos que pagavam escola antes de entrar no ensino superior gratuito. A novidade fica por conta de outro dado: é na Região Sul que as classes A e B, que representam apenas 16% do total da população, ocupam 65,46% do total de vagas nas públicas, alcançando o maior índice de elitização do Brasil.

Correção

Porto Alegre - Em sua edição da segunda quinzena de Junho, o Jornal Adverso publicou matéria informando que o Rio Grande do Sul arrecadou 78,3% menos ICMS nos primeiros cinco meses de 97 em comparação com o mesmo período de

96, totalizando uma perda de R\$ 157,6 milhões. A informação publicada não reproduzia a verdade. Na realidade, o Estado está apenas realizando menos autuações por sonegação de ICMS, o que não quer dizer que esteja arrecadando menos.

ad nauseam



Mariano/Internet

ADufrgs

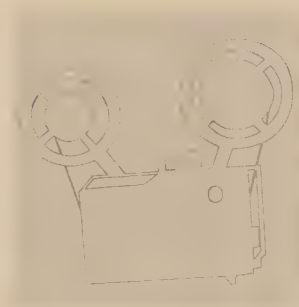
DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 226.2719, 221. 4624, 226.1860 e 316.3495
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADVERSO

Publicação quinzenal da Adufrgs
Tiragem: 3.500 exemplares
Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai
Capa: Gilmar Fraga



O happy end do cinema nacional

Roberto Farias
Diretor e produtor de cinema

Pergunta - Como está o atual momento da produção cinematográfica brasileira?

Resposta - Há uma euforia que considero um pouco exagerada. Mas não há a menor dúvida de que estamos vivendo um momento de acomodação. Existe um movimento de retomada, mas, ao mesmo tempo, muitas coisas estão acontecendo no mundo, exigindo avaliação de como ficará o cinema com tantas TVs a cabo e satélites. Por outro lado, vejo que o domínio econômico do cinema produzido nos Estados Unidos sobre o mercado é muito forte. As revoluções tecnológicas parecem possibilitar modificações, por isso torna-se necessária a discussão sobre fontes de financiamento, que precisa ser ajustada. Hoje em dia, por exemplo, os cineastas não estão tendo liberdade para escolher o tema dos filmes como era nos tempos da Embrafilme, como era no período em que dirigi a Embrafilme, de 74 a 79, em plena ditadura militar. Antes tinha-se mais liberdade do que hoje. Hoje, os diretores são obrigados a fazer filmes que agradem às empresas que colocam dinheiro do incentivo fiscal. Com temas que não conflitem com a imagem da empresa. Antes, a preocupação era com os exageros da censura. Principalmente no Cinema Novo, fizeram denúncias, enfrentaram a censura e, na maior parte das vezes, ganharam desta. Hoje, não vejo como ganhar das empresas, como ganhar da censura econômica.

P - O que é necessário fazer para que seja implantada uma

indústria cinematográfica no Brasil?

R - Estamos no caminho certo possível no momento. A discussão sobre o produto importado está na ordem do dia. Será necessário quebrar uma prática, que tem quase 100 anos, de domínio absoluto. Tenho recortes de jornais e revistas de 80 anos atrás com entrevistas de diretores sobre o desempenho dos filmes. Todos eles diziam que nos cinemas onde foram passados, os filmes fizeram sucesso. Mas, em alguns casos, faltou exibição. Nos cinemas onde os filmes foram passados, eles foram um sucesso. Mas não teve sala suficiente para fazer com que o filme fizesse sucesso. As salas, hoje, têm sempre um filme estrangeiro em cartaz. Hoje, o acesso ao mercado é mais difícil.

P - Qual o caminho a ser seguido?

R - Temos que discutir e ampliar a consciência da necessidade de se ter uma imagem brasileira. Por causa da globalização, as pessoas apertam um botão e vêem qualquer ponto do planeta na TV. É necessário uma consciência que obrigue conhecer a imagem de quem está do nosso lado, do vizinho, do companheiro, saber quem está próximo, na cidade ao lado, saber como as pessoas vivem. Senão, iremos sempre atender aos problemas que não são nossos. Temos que encontrar o equilíbrio. Não adianta fechar portas para o intercâmbio. Temos que ter algo para a troca. Senão não seremos nada. O que não corresponde à verdade.

Brasílianas

Regime próprio para as universidades

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar mantendo o Regime Jurídico Único (RJU) do funcionalismo público para o quadro de pessoal das universidades públicas. A ação é contra a criação de novos regimes para servidores públicos. O deputado Ivan Valente, que questionou o artigo 54 da LDB, teve nesta decisão uma resposta à ação direta de inconstitucionalidade proposta por ele. Com o recesso do Judiciário, o STF só fará o julgamento no final em agosto. No caso de confirmação da liminar, o artigo 54 da LDB ficará excluído definitivamente.

A PEC 173, da reforma administrativa, é outra arma contra as propostas de novos regimes. Uma proposta de "contrato de emprego" já foi rejeitada em primeiro turno pela Câmara, que manteve o RJU. A confirmação desta decisão em segundo turno prejudicará novas tentativas de estabelecer um novo estatuto.

Congresso autoriza governo a refinar dívidas de R\$ 104 bi

Depois de muita indecisão, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso autorizou o Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal da União para salvar Estados, Municípios e o Distrito Federal. Da ajuda total de R\$ 104,24 bilhões, R\$ 103,34 bilhões serão usados para refinar as dívidas mobiliárias estaduais. A negociação está condicionada aos parâmetros estabelecidos por duas medidas provisórias, que não tinham sido apreciadas pelo Congresso. Parlamentares de oposição denunciaram que a autorização dos créditos forçará a aprovação das MPs.

Os R\$ 900 milhões restantes serão destinados para compensar estados e municípios pela perda de arrecadação do ICMS decorrente da Lei Kandir, que isentou desse imposto a exportação determinados produtos e serviços.

Aposentados

Reforma da Previdência recebe 50 emendas

O projeto de reforma da Previdência recebeu 50 emendas no Senado. A discussão de plenário foi encerrada no dia 18 de agosto. Agora a proposta volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE) dará o parecer.

Entres as emendas, cinco são de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS). A senadora propõe, entre outras coisas, retirar do substitutivo de Beni Veras a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres para aposentadoria pelo INSS ou pelo serviço público. Em outra ela propõe que os professores universitários também possam se aposentar cinco anos antes dos outros empregados.

Já as emendas propostas pelo senador José Alves (PFL-SE) querem impedir que após a morte do aposentado haja nova redução na remuneração dos pensionistas, uma vez que, ao se aposentar, o servidor já terá uma redução de 30%. O senador propõe também a garantia de aposentadoria pela legislação atual para quem cumprir os requisitos para obtê-la nos próximos cinco anos. O senador José Bianco (PFL-RO) propõe que este período seja de apenas um ano. Em outra emenda, Bianco estabelece que qualquer trabalhador com tempo para se aposentar até a data da promulgação da emenda da Previdência poderá fazê-lo a qualquer tempo.

Golpe novo na praça

Um novo conto-do-vigário para lesar aposentados está na praça. Travestidas de corretores de seguros, quadrilhas espalhadas em todo o Brasil procuram pessoas com direito a benefícios da Previdência. A vítima é enrolada com a notícia de que tem direito a receber um seguro de valor considerável (em geral, falam em R\$ 30 mil). Para executar o pagamento, a seguradora precisa que o aposentado pague os honorários pelo serviço (cerca de R\$ 500). Trocando um cheque por outro frio, os estelionatários acabam levando o dinheiro.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

4 de setembro
18 horas

Auditório da Faculdade de
Economia da Ufrgs

Pauta:

- Proposta do movimento docente para reestruturação da tabela salarial
- Assuntos gerais



Um Movimento Elogiável

João Osório – Deputado Estadual PMDB/RS

Como ex-integrante da Brigada Militar, só posso me sentir orgulhoso com o comportamento adotado pelos policiais militares em seu movimento reivindicatório. Mesmo angustiados com suas dificuldades salariais e assistindo ao pipocar de

conflitos com as Polícias Militares de outras regiões do País, os nossos PMs souberam fazer suas reivindicações de uma forma serena, sem esquecer, em nenhum momento, as responsabilidades que a tarefa lhes impunha.

Exemplo disso foi a atitude

que tomaram no episódio absurdo de invasão do Plenário da Assembléia. Naquele dia de verdadeira afronta à democracia e a um Poder constituído, não pude deixar de observar a conduta dos

PMs que se encontravam nas galerias. No meio de toda a confusão, eles tiveram maturidade de sentar, silenciare, logo em seguida, sair do recinto, entendendo que não deviam misturar as suas justas demandas com a anarquia e a falta de respeito ao Parlamento.

Esse comportamento mostrou o quanto é sério o homem que presta serviço na Brigada Militar e cuida da segurança da população. Há uma diferença profunda entre servidores que reivindicam melhoria de salários, de qualidade de vida e de condições de trabalho e militantes exacerbados, que não sabem o que é democracia nem os limites que até mesmo ela impõe a cada cidadão.

A serenidade do movimento

dos policiais militares do Rio Grande do Sul também se deveu à qualificação e formação de suas lideranças classistas. Estas souberam conduzir a mobilização de forma responsável, sem perder de vista a necessidade de diálogo e negociação.

O maior indicativo disso foi a reação da sociedade diante do movimento. O povo gaúcho deu respaldo às demandas dos PMs porque as considerou justas e porque as viu serem conduzidas sem radicalizações. Setores organizados do movimento popular, por sua vez, também apoiaram os policiais militares, o que é legítimo. A mobilização, no entanto, se deu de forma autônoma, livre de influências externas e preocupada, especificamente, com as dificuldades dos PMs.



A Militância dos Militares

Francisco Vicente – Geógrafo, presidente da CUT/RS e do Sindicato dos Metroviários.

A lógica intrínseca do sistema de exploração capitalista pressupõe a existência de padrões e empregados, explorados e exploradores, chefes e subordinados, pobres e ricos. Neste contexto, do universo do trabalho assalariado, estão metalúrgicos e metalúrgicas, metroviárias e metroviários, jornalistas, brigadianos e brigadianas, policiais civis, professores e professoras e as demais categorias profissionais que formam a complexa rede das estruturas de produção e circulação de mercadorias.

Na contracorrente da cadeia de exploração capitalista, o movimento sindical em geral, e a CUT em particular e desde o seu nascedouro, têm lutado no imediato, pela recuperação do poder aquisitivo, pela geração e manutenção de postos de trabalho e pela melhoria das condições de trabalho e de vida. No contexto histórico, lutamos pela superação da exploração realizada através da propriedade privada dos meios de produção e lucro. Enfim, o movimento sindical combativo, classista e democrático luta por uma sociedade justa, solidária, igualitária e socialista.

Assim como jornalistas ou sapateiros, os brigadianos, brigadianas e policiais civis também compõem a classe trabalhadora, pois vivem da venda da sua força de trabalho. Exercem uma profissão

difícil, perigosa, amada por uns, odiada por tantos outros. Têm como tarefas centrais proteger e reprimir.

Selancarmos um olhar criterioso sobre as demais formas de trabalho, vamos encontrar em várias delas, posições contraditórias ou mesmo antagônicas em relação à sua própria condição de explorados. Para exemplificar, temos comunicadores, radialistas e jornalistas, que atacam de maneira frontal e permanente, qualquer movimento que vise questionar o poder vigente. São reacionários, fascistas e mentirosos. Ao mesmo tempo temos profissionais desta área que apóiam aquelas lutas e se identificam com elas. Não existe, ao contrário do que afirmam os defensores do “status quo”, notícia imparcial. A realidade se concretiza de apenas uma forma. Aquela imanente à sua própria condição de ser.

O movimento dos trabalhadores em segurança pública que assistimos no Rio Grande do Sul durante o mês de julho, tinha como objetivo central a recuperação salarial da categoria através do cumprimento, pelo Governo Britto, da lei nº 10.395/95. É da natureza da CUT e do movimento sindical apoiar todas as lutas que reivindicam melhorias salariais, principalmente se quem vai à essa luta são trabalhadores e trabalhadoras que percebem uma remuneração miserável, como o caso em questão.

Deste modo, a CUT/RS por

deliberação de seu 8º Congresso Estadual realizado no início do mês de julho em Porto Alegre, apoiou a luta dos e das policiais civis e militares.

Isto não significa que se tenha esquecido ou escamoteado a condição repressiva inerente à função policial, cabendo ressaltar alguns aspectos:

1- A função precípua das polícias é oferecer segurança. A repressão se efetiva quando, por ordem expressa do comando ou do governo, o poder do Estado ou das elites é ameaçado;

2- Isto não justifica ações de violência. Cabe lembrar que já tivemos jornalistas de empresas de comunicação em Porto Alegre demitidos por não cumprirem “ordens superiores”. Neste caso, onde fica a propalada liberdade de expressão? No caso específico, tem ficado garantida aos capachos que servem ideologicamente ao poder do governo e dos patrões em vigor. Isto acontece em todas as categorias em que impera a relação de mando. Cabe perguntar se no cumprimento das “ordens”, seja dos comandos autoritários ou de consciências doentias, qual a violência mais ignóbil: a repressão física da Brigada Militar ou a calúnia virulenta de certos colonistas?

3- É a vigência de um sistema repressivo e opressivo, o capitalismo, que determina a existência de classes e, por

consequência, de desigualdades e na decorrência de conflitos e enfrentamentos;

4- A ascensão de um projeto que respeite o ser humano na sua plenitude, que redistribua a riqueza concentrada e garanta plena democracia permitiria, no limite, extinguir o corpo repressivo;

5- É o Estado e seu gerente, o verdadeiro repressor, pois dele, em última instância, parte a ordem de atacar. É sempre ele o autor intelectual do crime.

Jamais esqueceremos e nunca perdoaremos as torturas. Mas não podemos esquecer que nos “anos podres das ditaduras” muitos civis, não policiais, torturavam e muitos outros deduravam quem lutava contra a iniquidade.

Isto posto, cabe ainda afirmar que na condição *em si* os trabalhadores e as trabalhadoras em segurança, integram a classe trabalhadora, mas na condição *para si*, por estarem ideologicamente introjetados por uma ideologia estranha a si próprios, defendem os interesses de classe de seus inimigos. Até porque precisam sobreviver.

A CUT/RS acertou historicamente ao apoiar a luta de brigadianos e policiais civis, pois além de ser sua obrigação, há muito vem contribuindo para a organização destas categorias, em particular, e da classe trabalhadora em geral.

Somente os desinformados ou



Fabírcia Osanai

desavisados acham que estas relações são recentes.

Nesta relação não existe nem caça nem caçadores, muito menos raposas. Existem seres humanos, com suas contradições, seus defeitos, suas necessidades, mas também com todas as suas virtudes, que lutam pela construção de uma outra condição humana, sem fome, sem miséria, sem armas.

Dada a crescente heterogeneidade da classe trabalhadora, à complexidade das relações entre capital e trabalho e ao poder do “embotamento ideológico” da mídia retrógrada, a construção da nossa unidade política e ideológica se torna ainda mais imprescindível e exige uma acentuada capacidade inovadora, criativa e solidária. Sabemos das enormes dificuldades, mas não desistiremos de conquistar corações e mentes para a construção de uma sociedade generosa, justa, igualitária, enfim, radicalmente democrática e socialista.

Temos encontrado, para tanto, muitos obstáculos. Tanto no corpo repressivo do Estado, quanto na mídia.

Ex-PM mostra que violência policial nasce nos quartéis

Sociólogo afirma que soldado não tem vez nem voz dentro da instituição

No momento em que se discute o destino das polícias militares no Brasil, uma pesquisa realizada na Ufrgs por um ex-sargento da Brigada Militar mostra que para se diminuir a violência nas ruas é preciso acabar com ela dentro dos quartéis. Em sua monografia de 81 páginas, o sociólogo Gilmar Nunes Corrêa assegura que o binômio hierarquia e disciplina, ensinado a ferro e fogo nos quartéis, tem como subproduto a violência. Aplicada dentro e fora dos batalhões que abrigam as PMs do Brasil. “Na Brigada Militar, hierarquia é um sinônimo de autoritarismo e disciplina, de submissão”, garante Corrêa. “A arbitrariedade de que o PM é vítima no quartel é reproduzida lá fora”, completa.

Ele comprova sua tese com os dados da monografia feita para o curso de especialização em Análise Social da Violência e da Segurança Pública e intitulada “A Violência Política Institucionalizada”. Para chegar às conclusões impressas na monografia, Corrêa aplicou um

exaustivo questionário de 114 questões a 194 oficiais e praças de oito unidades da Brigada Militar na Região Metropolitana. Deste total, apenas 44 eram tenentes, capitães, maiores, tenentes-coronéis ou coronéis. Como resultado, Corrêa obteve um calhamaço de respostas, cruces e percentuais, que a falta de recursos ainda não lhe permitiu finalizar. Mas o que foi feito até agora, com o cruzamento de determinadas respostas, já é suficiente para embasar as observações que o ex-sargento constatou empiricamente em 11 anos de instituição.

Injustiça é uma variável que anda junto com a repressão dentro da BM. Dos praças que responderam à pesquisa, 58,6% já havia se sentido injustiçado de 1 a 3 vezes. Ao mesmo tempo, 66,7% entende que a estrutura da PM dificulta ou não permite a democratização das relações humanas. Uma prova é que quase a totalidade dos entrevistados não está satisfeita com esta área na PM. De soldado a

subtenente, 90,1% entendem que elas devem melhorar um pouco (34,7%) ou melhorar muito (55,4%).

Como todo poder emana de cima, não há possibilidade de diálogo. Segundo o ex-sargento, os superiores são testemunhas, acusadores, juizes e carrascos das punições dentro do quartel. Para completar, o próprio Regulamento Disciplinar da BM (RDBM) contém dispositivos que legitimam o uso da força contra o subalterno. “O uso imperativo de meios violentos a fim de compeli o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, nos casos de perigo, necessidade urgente, calamidade pública e manutenção da ordem e da disciplina”, diz o item 3 do artigo 17 do RDBM. Não é à toa que 69,3% dos praças acham que o Regulamento deve ser reformulado completamente, enquanto 41,4% dos oficiais superiores (de major a coronel) considera que ele deve continuar como está. “A violência se torna legítima no momento em que ela é legal”, diz Corrêa.

Para o sociólogo, o tratamento recebido no quartel torna-se um laboratório de experiências da repressão para o policial que vai às ruas. Sem poder reagir, soldados, cabos e sargentos decidem fazer justiça contra o paisano, já que não podem punir seu superior. Segundo ele, a maioria dos policiais não se questiona sobre a repressão aplicada por ele porque a função do PM exige controle. “Numa hora ele está ajudando uma velhinha a atravessar a rua e segundos depois, atirando em assaltantes de banco”, justifica Corrêa.



Antônio Pacheco

Policiais e sem-terra participaram de um dos cursos da Ufrgs

Debate volta ao campus

Depois de ficarem afastadas do campus da Ufrgs por um longo período, a segurança pública e a discussão sobre policiamento e repressão voltaram a ser tema de estudos acadêmicos. Para o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), José Vicente Tavares dos Santos, tudo começou com o seminário “Violência, Segurança Pública e Cidadania”, realizado em 1993. Participaram do encontro 700 pessoas. Entre elas, 250 oficiais e praças da Brigada Militar e 105 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Naquela época, lembra Vicente, os temas debatidos foram os mesmos se o seminário tivesse ocorrido hoje: o crescimento da criminalidade, as origens da violência urbana, os conflitos sociais agrários, o sistema institucional de Segurança Pública, a violência contra a mulher e

a relação entre segurança pública, democracia e cidadania. “Como resultado deste seminário, foi organizado pelo programa de pós-graduação em sociologia um curso de especialização sobre ‘Análise Social da Violência e da Segurança Pública’”, conta o diretor do IFCH.

Mais uma vez, personagens que figuram em lados opostos dos conflitos urbanos e rurais — policiais civis e militares, membros da Guarda Municipal de Porto Alegre, do MST, do Gapa, do Conselho de Cidadania e Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa sentaram na mesma sala de aula para desenvolver trabalhos numa área onde uns eram vítimas e outros, algozes. “Do total, 40 alunos concluíram o curso de três semestres”, afirma José Vicente. Em 98, anuncia o diretor, uma nova turma será organizada.



Ronaldo Bernardi

PRESTAÇÃO DE CONTAS: BALANCETE DE JUNHO DE 97

Ativo:				
<u>Circulante</u>				
Disponibilidades		34.266,88		
Aplicações Financeiras		1.001.027,68		
Créditos Diversos		4.750,00	1.040.044,56	
<u>Permanente</u>			<u>235.864,11</u>	
Total do Ativo			1.275.908,67	
Passivo:				
<u>Circulante</u>				
Patrimônio Líquido		43.954,79		
Patrimônio Social		616.733,25		
Resultado Acumulado do exercício		615.220,63	<u>1.231.953,88</u>	
Total do Passivo			1.275.908,67	
Receitas:				
	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>	
Associados	204.161,75	248.188,25	44.026,50	
Outras (inclusive finan.)	<u>709.240,17</u>	<u>724.453,54</u>	<u>15.213,57</u>	
Total	913.401,92	972.641,79	59.239,87	
Despesas:				
Com Pessoal	59.202,82	79.066,08	19.863,26	
ANDES (mensalidades)	58.487,21	69.464,21	10.977,00	
Viagens e estadias	40.694,08	47.839,79	7.145,71	
Outras (inclusive finan.)	<u>114.471,80</u>	<u>161.051,08</u>	<u>46.579,28</u>	
	272.855,91	357.421,16	84.565,25	
Resultado = Receitas - Despesa	Do Mês		25.325,38	
	Acumulada	615.220,63		

Egon Claus Steinstrasser - Contador

Corte de verba preocupa cientistas

Uma proposta de corte nas verbas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) no orçamento de C&T para 1998 vem mobilizando a comunidade científica. A Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento propôs a redução de R\$100 milhões nos recursos das bolsas do CNPq e R\$140 milhões referentes às bolsas da Capes, em relação ao orçamento de 97.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) enviaram uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso expressando a preocupação das duas entidades com a possibilidade de efetivação dos cortes. A carta, com data de 8 de agosto, ressaltava ainda que estes cortes comprometeriam “o esforço

que a comunidade científica e o próprio Governo têm feito, nos últimos anos, com inegável sucesso”.

Os mais atingidos pela medida serão o setor de fomento do CNPq, que já enfrenta dificuldades, e parte expressiva das bolsas. Especialistas garantem que este seria um golpe de difícil recuperação também no âmbito de bolsas da Capes.

Na carta, os presidentes da ABC, Eduardo Krieger, e da SBPC, Sérgio Ferreira, alertaram para o prejuízo aos programas de formação de recursos humanos e de educação e para o Sistema de Ciência e Tecnologia, em execução pela duas agências de pesquisa.

O presidente manifestou-se contrário aos cortes. Os ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia, Paulo Renato e José Israel Vargas, conversaram com FHC em diferentes audiências sobre este mesmo problema.

O destino dos sem-futuro

Cinco por dois. Cinco famílias que sobrevivem porque estão empregadas sustentam outras duas sem futuro. Quando uma das duas famílias consegue emprego, ou mesmo um bico, se transfere para um grupo de cinco e ajuda a

manter outros que passam necessidade. É assim que funciona uma rede de solidariedade na Paróquia Santa Madalena, Zona Leste de São Paulo, comandada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

James Görgen

Parece pouco mas pode ser muito no país com maior concentração de renda do planeta. Cada vez mais, menos habitantes têm acesso a emprego, habitação, alimento, saúde e educação. Cada vez mais, menos pessoas podem dizer que estão vivendo no Brasil. São os excluídos. Homens, mulheres e crianças que perambulam pelas ruas das grandes cidades. Alijados do processo social, caminham sem identidade. Desnutridos, começam a ficar sem futuro.

A fórmula do MST

É preciso organizar os miseráveis do Brasil sejam eles quantos forem, prega o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o gaúcho João Pedro Stédile. Enquanto boa parte da elite tenta prender o homem que sustenta invasão de fábricas em processo falimentar e ocupação de escolas e ginásios, o movimento popular sabe que é preciso fazer alguma coisa antes que a situação desambe para a barbárie ou total apatia. “Quanto mais desorganizada for a reação, mais medo ela vai gerar”, acredita o deputado estadual paulista Renato Simões (PT).

De acordo com os articuladores deste processo, a saída está sendo buscada nas idéias que embasaram o surgimento do MST. No lugar da terra, as entidades precisam oferecer emprego e habitação. “No MST existe um movimento social organizado com método radicalizado, um projeto definido e

solidariedade social”, analisa o parlamentar. “Falta de terra virou questão política. O desemprego, não”, completa.

Para o secretário agrário do PT, Plínio de Arruda Sampaio, o sucesso do MST está justamente na possibilidade concreta dos colonos conquistarem terra por meio da invasão. Na sua visão, assim também é possível se resolver o problema da falta de casas nas áreas urbanas. “A perspectiva concreta leva o excluído ao movimento organizado”, diz Simões. “Só com ocupação se consegue casa”, defende Sampaio.

Carteira assinada

Como não existe um movimento preparado para organizar os excluídos do mercado de trabalho, a situação se torna ainda mais grave. Antes de lutar por um teto, os excluídos precisam de meios para não morrer de fome. “O desemprego é o fator mais degradante das condições de vida de uma pessoa”, diz o secretário de Comunicação da Central de Movimentos Populares (CMP), o MST da cidade, Raimundo Bonfim.

Como é impossível invadir uma empresa e mandar o proprietário contratar “x” funcionários, a saída é fazer pressão sobre o Estado com a ajuda das entidades que lutam pela classe trabalhista. “É preciso parar com a política de que trabalhador sem carteira assinada não interessa ao sindicato”, acusa Simões. “Nós topamos ir junto com a CUT para a periferia lutar por emprego porque não

temos força para alavancar mais uma luta sozinho”, desafia Bonfim.

Sem-teto

A força da CMP está em milhares de pessoas que vivem da promessa de se arranjar um teto para quem não tem. A maioria das invasões de terrenos e prédios na capital paulista possuem o dedo da Central. “O movimento popular urbano mais forte é o de luta por moradia”, diz o secretário da CMP.

Não é para menos. A área da habitação é uma das áreas que mais sofre com a redução dos gastos sociais. Uma pesquisa encomendada pelo governo federal à Fundação Armando Pinheiro aponta que o déficit habitacional no Brasil é de 5,6 milhões de casas novas. Além disso, 11 milhões de moradias estão em condições precárias. “O governo precisaria de R\$ 80 bilhões para reformar estas habitações”, garante Bonfim.



Sem emprego e habitação, a fome vira um dos fantasmas dos miseráveis



Em Porto Alegre, as fileiras do Dia Nacional de Luta foram engrossadas por excluídos

caráter formativo, as CEBs estão tentando mostrar solidariedade aos excluídos organizando campanhas beneficentes, caravanas, missas, romarias e gestos simbólicos em atos públicos. “Precisamos mostrar um apoio explícito às lutas populares”, defende o padre.

Na CMP, o assunto é mais amplo porque

a Central congrega diversas minorias, de crianças a homossexuais, além dos que lutam por moradia. “Vamos reforçar a luta específica e trazer estes movimentos para as questões mais gerais”, acredita Bonfim. “Ou se muda o sistema, ou todos serão excluídos”, avisa Sampaio que é partidário de uma sociedade governada por valores e não, pelo mercado.

Duas formas de conscientizar

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) não é único sério candidato a organizar os excluídos do país. Pelo menos outras duas iniciativas populares, mais antigas que a democracia brasileira, continuam tentando reunir desempregados, minorias, famintos e outros marginalizados num processo de conscientização coletiva. Naraiz de uma, está o dedo de Frei Beto e da ala revolucionária da Igreja Católica. Na de outra, Luís Inácio da Silva e outras lideranças da esquerda trabalhista. O trabalho é silencioso e quase arterial. É difícil conhecer uma comunidade carente que não tenha sido apoiada por elas. Ao mesmo tempo, são ilustres desconhecidas da classe média e raramente frequentam as páginas dos jornais.

A mãe da esquerda

Num período em que o tanque falava mais alto que partidos políticos, a luta pelo fim da ditadura foi forjada no seio da Igreja Católica. As conhecidas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram batizadas em 1968, ano em que os militares linha dura deram um golpe no golpe. Mas elas nasceram antes disso com o nome de Comunidades Cristãs Populares. Entre 62 e 63, com o Concílio Vaticano II, a Igreja brasileira buscava uma forma de descentralizar suas dioceses e valorizar o trabalho dos leigos, formando mini-paróquias em lugares remotos do mapa. Logo, as CEBs se tornaram o único refúgio da resistência ao regime ditatorial passando a ser um caminho alternativo para a formação da esquerda nacional.

Realizado em 1975, o I Encontro Brasileiro de CEBs reuniu 70 pessoas ligadas a dioceses de todo o país. Mais de 20 anos depois, existem cerca de 100 mil CEBs espalhadas pelo território nacional. No último mês de julho, três mil pessoas participaram da nona edição do encontro nacional, realizada em São Luiz do Maranhão.

Em 40 anos de história, as comunidades religiosas deixaram de ser o guarda-chuva que abrigava os inconformados com a falta de liberdade e exploração do capitalismo e passaram a encarar o mundo urbano, a

realidade dos leigos e de todos que lutam pelo direito de sobreviver. Não demorou muito e ramificações das CEBs começaram a gerar entidades com objetivos específicos. Do Movimento das Mulheres, surgiu a busca por melhores condições no campo da Saúde. Das Pastorais da Terra, o embrião para a criação do MST e a discussão da questão agrária.

Menos radical que suas companheiras de batalha, as CEBs combatem a pobreza e a miséria sem invasão de fazendas, prédios públicos ou outros meios barulhentos de chamar a atenção. Quando há problema de desemprego, a Igreja auxilia os leigos a formarem uma cooperativa de trabalhadores. Se existe analfabetismo, a saída das CEBs é o ensino popular. “Nós cumprimos um papel mais formativo promovendo uma revolução molecular”, resume o padre Fernando Altmeyer Júnior, assessor das CEBs para o Estado de São Paulo.

MST urbano

Dessa revolução silenciosa também participa a Central dos Movimentos Populares (CMP). Pouco conhecida dos gaúchos, esta sigla vem ganhando fama principalmente junto aos paulistanos que acompanham a luta por moradia na maior cidade da América do Sul. A grosso modo, a CMP seria o MST da cidade. No lugar de terra, seus principais associados querem conquistar habitação. Gestada desde 1979 no berço da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anamos), a CMP só ganhou identidade própria no dia 31 de outubro de 1993. Nesta data, encerrou-se o I Congresso Nacional dos Movimentos Populares, onde 950 delegados de 20 estados brasileiros, reunidos em Belo Horizonte (MG), decidiram criar a Central.

Além das pessoas que lutam por moradia, a CMP abriga os movimentos comunitários, da mulher, criança e adolescente, negros, homossexuais, Saúde e Educação. “Somos cerca de 8 milhões de pessoas. Metade são simpatizantes que giram em torno da Central em determinadas lutas”, calcula o secretário de comunicação, Raimundo Bonfim.

Paulo Franken



Como o MST no campo, a Central de Movimentos Populares (CMP) começa a organizar os sem-teto

Pesquisa aponta que excluídos já são 59%



Fernando Gomes

Quem sabe ao certo quantas pessoas a sociedade brasileira excluiu nas últimas décadas? Muitas estão nas ruas e os cidadãos de bem tropeçam nelas. Outras, a grande maioria, são incluídos que logo vão deixar de ser devido a falta de emprego e os baixos salários. Por não aparecerem pedindo esmolas, esta massa dificulta a contabilidade da miséria nacional. Enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) aponta cerca de 32 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza, recente pesquisa do Datafolha – publicada em 13 de julho – classifica como excluídos 59% da população. O coordenador nacional e principal articulador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, trabalha com este dado quando diz que é preciso organizar, em um movimento de massa, esses despossuídos. “O governo sabe que se os 100 milhões de excluídos começarem a ocupar terrenos, fábricas e escolas, eles mudam os planos das elites”, afirma o líder do MST em uma entrevista publicada no número anterior do Adverso. Por sinal, os abastados são apenas 8% do total, pela pesquisa.

Ao mesmo tempo que identifica o exército de miseráveis, o levantamento divulgado pelo jornal Folha de São Paulo mostra que pode ser complicado reunir milhares de pessoas debaixo da mesma bandeira. Destes 100 milhões, 86% não frequentou a escola além da 8ª série e tem dificuldades de acordar no outro dia. “Quando se vive nos limites da sobrevivência existe apatia”, analisa o deputado estadual paulista Renato Simões.

Quase todos (97%) possuem renda mensal inferior a R\$ 1.120,00, 17% sobrevive fazendo bico, enquanto 10% são assalariados sem registro. “Sem carteira assinada, estes cidadãos não interessam aos sindicatos”, condena o parlamentar. Segundo ele, existem hoje 1,2 milhão de pessoas fora da economia formal na Região Metropolitana de São Paulo. “Estas pessoas encaram o desemprego como uma disputa pessoal”, acredita Simões.

Diferenças regionais e a área em que a população vive também influenciam na miserabilidade das populações. Em Brasília, 30% dos entrevistados pelo Datafolha fazem parte da elite, quase 1/3 concluiu, no mínimo, o segundo grau e tem renda familiar acima de R\$ 2.240,00. O contraste fica por conta de Pernambuco, onde 73% das pessoas que responderam às questões pertencem ao grupo dos excluídos. A pesquisa Datafolha revela que a vida nas metrópoles ainda oferece as melhores oportunidades de ascensão social. Nestas regiões, a elite chega em média a 13%.

A explicação encontrada para este fato são as condições de ensino e a concentração de empresas, principalmente indústrias, pagando melhores salários. Entretanto, a migração de empresas para o interior dos estados que ocorre nesta década vem formando novas metrópoles distantes do centro das decisões políticas. O que poderá levar a médio prazo a maior oferta de empregos e melhores salários para o interior. Conforme o estudo, isto pode inverter o fluxo da migração, que entre as décadas de 60 a 80 inchou as capitais. (Colaboração Adriene Trínca)

O raio-x do apartheid social

Excluídos 59%
86% têm no máximo a 8ª série do 1º grau
97% têm renda inferior a R\$1.120,00
19% vive de fazer bico
10% são assalariados sem registro
71% da população da região Nordeste
65% vivem nas metrópoles

Elite 8%
77% têm ocupação regularizada
21% têm carteira assinada
14% são funcionários públicos
11% são autônomos regulares
9% são empresários
7% são profissionais liberais

Decadentes 14%
79% têm 2º grau
74% estão na classe C
18% estão na classe B
11% são estudantes
26% são assalariados regularizados
14% são funcionários públicos

Emergentes 3%
16% vivem de fazer bico
18% são assalariados
6% são empresários
2% estão na classe A
27% estão na classe B
49% estão na classe C

Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Quem dará o peixe no lugar de Betinho?

Ninguém no movimento popular tem respostas concretas para a pergunta do título. Com a morte do sociólogo Herbert de Souza, no dia 9 de agosto, os comandantes do exército de despossuídos acham que o Brasil dos miseráveis ficou sem um Norte. Ou, pelo menos, sem aquela figura carismática que servia como símbolo de uma luta por justiça social e capaz de arrecadar mundos e fundos apenas para dar um pouco mais de esperança a vidas desesperadas. “O grande mérito do Betinho nunca esteve em organizar os excluídos, mas em chamar atenção para o problema da miséria no Brasil”, entende o secretário agrário do PT, Plínio de Arruda Sampaio.

Ninguém duvida que logo aparecerá outro Betinho, mesmo ele sendo único. “Sempre surge”, garante Sampaio preferindo não fazer apostas. Nos anos 60 e 70, dom Helder Câmara abrigava os famintos. Depois, na Bahia, foi a vez de irmã Dulce assumir esse papel. Condenado à morte pela Aids, Betinho carregou o piano nas costas desde o início de 1993 quando foi formada a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, a filha beneficente do Movimento pela Ética na Política.

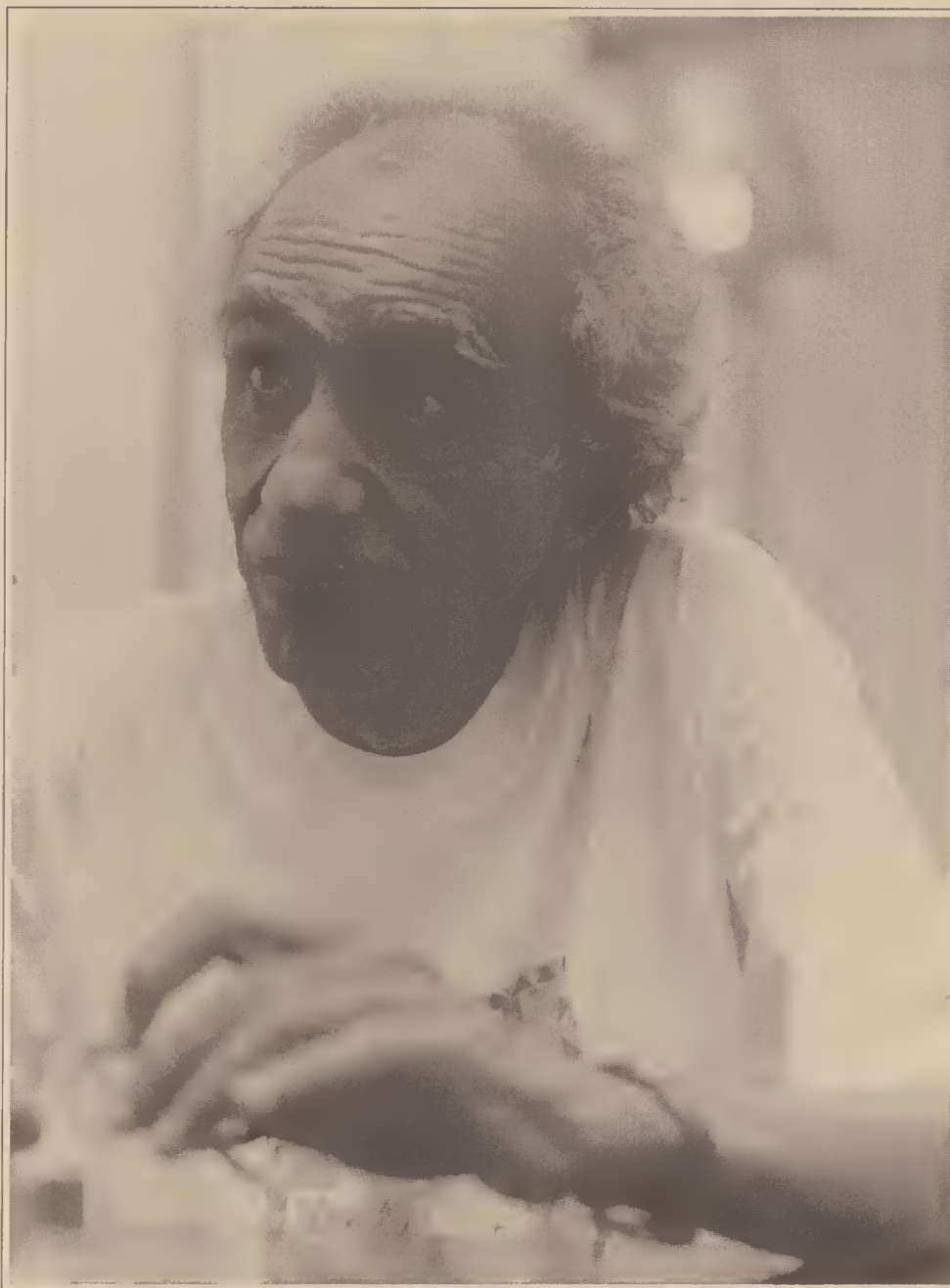
Ninguém deixava de colaborar com a causa de Betinho. Primeiro, porque ele não tinha ambição política. Segundo, porque ele era um homem de classe média alta, respeitável intelectual de esquerda. Terceiro, porque ele só queria fazer o bem aos necessitados, um papel que ninguém gosta de assumir em tempo integral. Quem acompanhou o trabalho, atribui o segredo do sucesso da corrente de solidariedade liderada pelo sociólogo ao seu objetivo primordial: obter alimentos para famílias carentes. “O que ele queria era suscitar

a discussão sobre a fome em todas as classes”, lembra o secretário agrário do PT.

Ninguém esquecerá que esta tarefa Betinho cumpriu. Com ampla penetração na mídia, ele usou os microfones e gravadores para defender a criação de pequenos grupos, que organizavam estratégias de acordo com as necessidades locais. Quando sobrava doações, se fazia um sopão. Se não existia alimento, erguia-se uma lavoura comunitária. Com esta estratégia, a Ação da Cidadania ganhou o Brasil, chegando a contar com cerca de 3 milhões de comitês espalhados por igrejas, associações de moradores, empresas, sindicatos e outras instituições comunitárias e sociais do país. “A Ação da Cidadania não é uma instituição, não é um partido, não é nem mesmo um movimento. É uma ação, porque cada um faz o que pode para ajudar”, costumava dizer.

Ninguém sabe, agora, o que fazer para ir além. “O salto de qualidade que a Ação da Cidadania não deu foi o de organizar os excluídos”, analisa o deputado estadual paulista Renato Simões (PT). Para Plínio de Arruda Sampaio, esta não era uma obrigação de Betinho. “Ao mesmo tempo em que nos preocupamos em organizar este pessoal, temos de impedir que eles morram de fome”, acredita ele. “Com política, o Betinho iria perder sua base de apoio para conseguir alimentos”, acrescenta.

Se não foi fatal para a Ação da Cidadania, a morte do irmão do Henfil trouxe mais uma missão para o movimento popular: além de ensinar os excluídos a pescar será necessário encontrar alguém que continue dando o peixe. Assim pode ser que um batalhão não morra de fome antes de saciar a consciência.



José Dóval

Com a morte de Herbert de Souza, a Ação da Cidadania corre o risco de naufragar

Racional não é apenas o animal que tem razão.

A polêmica é colaboradora constante do Adverso. Bote lenha nessa fogueira escrevendo para a redação cartas, artigos, ensaios, críticas ou qualquer texto.



ADVERSO

O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs

Tempo perdido afeta reinício das aulas

Professores querem reduzir tamanho das férias na Ufrgs e têm sugestões para modificar calendário da universidade

Podem parecer providenciais, necessárias e sempre bem-vindas, mas as férias de julho não são unanimidade entre professores, alunos e administração da Ufrgs. Enquanto alguns precisam delas para colocar a cabeça em ordem, outros acham que o tempo da parada de inverno é muito longo. Recuperar o ritmo perdido pode demorar algumas aulas e, em certos casos, o ócio do ofício pode comprometer a prática dos alunos. Para a Ufrgs, a parada é fundamental. Dela depende a preparação do próximo semestre. E se o ano não fosse quebrado no meio, mas em três ou quatro partes, perguntam professores que sugerem reformulações no calendário atual.

Mesmo os opositores do atual calendário não têm dúvidas de que as férias são importantes no meio do ano. “O final do período letivo é muito cansativo”, analisa o diretor da Faculdade de Odontologia, João Jorge Barbachan. “O aluno de engenharia cansa porque várias disciplinas usam o seu raciocínio e a capacidade intelectual precisa ser poupada”, avalia o professor Ronald Ellwanger, coordenador-substituto da Comissão de Graduação da Faculdade de Engenharia. “Mas talvez as férias de julho não precisassem ser tão longas”, questiona. Para eles, se o período de férias de inverno fosse reduzido de quatro para duas semanas todos ganhariam. A administração da Ufrgs diz que seria difícil organizar a matrícula.

Em algumas unidades, uma parada de quatro semanas compromete o desempenho de um instrumento de trabalho importante: o corpo. Para não perder a prática, um cirurgião-

dentista que está iniciando precisa colocar a mão na massa diariamente. “A parada de um mês é prejudicial para a habilidade manual que os alunos desenvolvem”, atesta o diretor da Odontologia. O mesmo acontece com médicos e professores de educação física. Nestes casos, a primeira semana de aula serve apenas para recuperar o tempo perdido e colocar tudo para funcionar novamente.

Outras faculdades exigem recuperação mental. Certos conteúdos servem de base para determinadas disciplinas. Mas quem guarda fórmulas e conceitos que ficaram um mês sem serem usadas? “Em geral, o professor precisa repassar uma ou duas aulas quando o conteúdo inclui tópicos que serão usados de novo”, lamenta Ellwanger. Na maioria das faculdades do grupo das exatas, esta prática é rotina.

Na opinião dos professores, o inverno é só um dos obstáculos do calendário ao aprendizado. Somando com as férias de verão, a parada de julho totaliza cinco meses anuais em que alguns alunos ficam parados. “Quem passa sem exame tem, no mínimo, cinco meses de ociosidade por ano”, calcula o professor Ellwanger. Apesar de fazer parte da cultura acadêmica, é para certos professores muito tempo perdido. Divididos matematicamente, esses dias poderiam servir para reduzir o tempo dos cursos.

Esta é a proposta do professor Ellwanger. Para ele, uma boa saída seria discutir com a comunidade acadêmica e transformar o regime semestral em três períodos trimestrais de aulas e um de férias intercaladas. “Com três trimestres de 13 semanas úteis cada um,

sobraria tempo para se fazer um intervalo de quatro semanas no meio”, aposta o professor da Faculdade de Engenharia. Pela tese dele, as aulas começariam na primeira segunda-feira de março e se estenderiam até 15 de janeiro. Sobrariam 13 semanas para se dividir como quisesse.

A idéia não é nova. Um sistema parecido já funciona nos Estados Unidos, com a diferença que existem os cursos de verão no início do ano. “Aulas no verão são impraticáveis por causa do nosso clima”, ressalva Ellwanger.

Segundo o professor, quem gosta de menos esforço também ficaria feliz com a tese. “Com este calendário, o curso de Engenharia, previsto para cinco anos de 30 semanas úteis cada, poderia ser feito em quatro de

39 semanas”, garante ele. “E a Universidade poderia tirar férias coletivas em fevereiro”, acrescenta. Se as paradas são indispensáveis, talvez o ócio prolongado, não.



Fotos Fabrícia Osanai

Férias com mais de duas semanas podem comprometer a habilidade manual de alunos que participam das aulas na Odontologia

Parada fica mais longa por causa da matrícula

Enquanto professores e alunos aproveitam o bem bom das férias de julho para trabalhar ou não fazer nada, um setor da Ufrgs está a todo vapor. Justamente neste período – e também no verão com o Vestibular – acontece o pique de trabalho no Departamento de Programação e Registro Discente (Decordi). Tecnicamente, a repartição é responsável pela parada de quatro semanas que a Universidade é obrigada a fazer. Com milhares de conceitos, registros e matrículas para processar e atualizar, a diretora do Decordi, Maria Teodoro, diz que o tempo não poderia ser muito mais curto. Ao mesmo tempo, as funções do departamento só influem na continuidade do ensino porque dele dependem o fechamento do semestre e a preparação da etapa seguinte. “Tanto faz haver aulas durante as férias ou não”, afirma a diretora do Decordi, Maria Teodoro. “Nós nunca paramos”.

A pausa é longa porque o serviço do Decordi é grande. São cerca de 19 mil alunos fazendo matrícula, procurando seu lugar em disciplinas que nem sempre possuem vaga para todo mundo e muitas outras peculiaridades. Mas segundo Teodoro, não existe tarefa mais árdua do que a preparação da matrícula para o semestre seguinte. “O procedimento de matrícula é longo

porque alguns relatórios levam dias para serem processados”, explica a diretora. Depois disso, os alunos precisam fazer o horário e executar a matrícula na prática. Em média, são necessárias duas semanas para cada parte do processo.

Como o assunto é complicado, o melhor é começar pelo início. Ou melhor, pelo fim.

Neste ano, o primeiro semestre encerrou oficialmente em 17 de julho. Conforme o regimento da Ufrgs, foram 108 dias de período letivo. No dia seguinte, os professores entregaram os conceitos, determinando quem passou daquela para melhor ou para pior. De posse das notas, começou o fechamento do semestre para o Decordi.

Junto com o Centro de Processamento de Dados (CPD), uma das primeiras tarefas internas foi a atualização de cadastro (a folha corrida) dos alunos. Próximo passo é a emissão de um relatório com a possibilidade de matrícula do aluno. “Nós indicamos as opções de disciplinas que ele pode cursar a partir da sua realidade curricular”, explica Teodoro.

Em seguida, o computador fez o ordenamento, registrando dia, hora e local da matrícula de cada um. No CPD ainda foram feitos os cálculos dos dados frente à recusa e o jubramento do aluno e emitidos os boletins com o seu desempenho. Material pronto, o kit foi distribuído. “Nós temos uma ordem de duas semanas de trabalho interno”, calcula Teodoro. No dia seguinte, começa a matrícula, que em geral, dura mais 10 dias. “O problema nas matrículas é a falta de vagas para todos”, revela a diretora do Decordi. A procura por uma mesma disciplina obriga a unidade a criar turmas extras, o que atrasa ainda mais o processo.

No verão tudo se repete com uma dor de cabeça adicional: os vestibulandos. Apesar de não possuírem um histórico que precise ser atualizado, os calouros têm de fazer suas fichas cadastrais e isto também leva tempo. Assunto para daqui alguns meses.



Por exigências técnicas do processamento de dados do semestre anterior, as matrículas da Ufrgs precisam acontecer sempre na véspera do início do novo período letivo, aumentando o descanso

O Governo Clandestino

Raymundo Faoro

A presença do povo na gestão da coisa pública, como se vê nas manifestações dos governantes, seria ilícita e importuna, que perturbaria a ordem pública. Houve tempo, consagrado pela saudade das elites, no qual as galerias não podiam se manifestar. No máximo elas tinham o direito de aplaudir e admirar os intitulados representantes do povo. Depois vigorou a atmosfera policial: o presidente mandava evacuar as galerias, com a força, em última instância, do cassete.

Em uma situação ou outra, o povo exercia uma atividade decorativa, ainda que mobilizável, em certas situações, por obra aberta ou oculta dos governantes. Mobilização não quer dizer participação - a participação que, teimosamente, se tenta conquistar, nos históricos moldes descritos por Péricles, em palavras imortais: "Nós somos, de fato, os únicos a pensar que aquele que não se ocupa da política merece ser considerado não como um cidadão tranqüilo, mas como um cidadão inútil. Intervimos todos pessoalmente, no governo

da cidade, quer pelo nosso voto, *quer pela apresentação de propostas.*"

Estas palavras contêm um pensamento que se incorporou à Constituição de 1988, num princípio que, ao ser posto em prática, é sistematicamente reprovado como se fosse a baderna, o achincalhe, a desordem, a anarquia da vida política. Logo no primeiro artigo da Carta Magna se diz que "todo poder emana do povo por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição". Consagra, mais adiante, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Deve-se ter em conta que a democracia direta não é uma forma de democracia, mas a própria democracia em exercício puro. A forma representativa tem lugar quando impossível a expressão da primeira.

O regime da Constituição de 88 é o da democracia semidireta, em abono desse princípio do duplo exercício



Manifestantes ocuparam a Assembléia Legislativa em Porto Alegre na noite de 23 de julho deste ano

da soberania popular. A relação entre governantes e cidadãos tem um estilo próprio e novo, profundamente diverso do sistema da democracia representativa. As

Marco Aurélio Couto

fontes de uma e outra - a democracia direta e a democracia representativa - são diferentes. Uma, a democracia direta tem inspiração popular, a que foi herdada da Grécia e modernamente renovada por Rousseau. A democracia representativa é fruto de uma evolução, cujos começos não eram populares, num conselho de iguais, de nobres, depois burgueses, baseados estes nos princípios liberais, para desalojarem aqueles do comando exclusivo do estado. Na verdade, só modernamente assumiu características democráticas, como resultado de uma penosa luta entre a vontade popular e o exclusivismo liberal.

Não espanta que certos representantes do povo, alguns de boa fé e ingenuamente, outros por malícia ou por subserviência, se recusem a dialogar com a comunidade acerca das leis a serem votadas e das prioridades administrativas. Para

eles, a representação é um privilégio, que os liberta dos eleitores até as próximas eleições, na véspera das quais cuidam de reaver, demagogicamente, a confiança perdida. As galerias - o povo - não deve se manifestar, senão de quatro em quatro anos, nas urnas. A democracia só existiria entre as oito da manhã e seis da tarde de um dia bissexto, o dia das eleições, entrando depois em recesso.

É necessário que os governantes saibam que a intervenção popular no debate político não é uma exceção concedida pela magnanimidade dos chefes. É um direito exigível e, se negado, com a indignação que causa a denegação de justiça, pode levar ao confronto enérgico, mas pacífico, como a ocupação do plenário das instituições representativas. Admitir as premissas sem aceitar a conclusão é um ato de fuga perante a realidade, que o tempo condenará. Se o fato é um direito ele, para que seja cumprido, reclama veemência contra os que resistem às normas constitucionais da democracia, tal como aprovado em 1988.

Jurista; texto reproduzido do Jornal do Comércio de 11/8/97, pág. 4

Polícia e Democracia: uma difícil relação

**José Vicente
Tavares dos Santos**

O trabalho policial, na sociedade brasileira, constitui-se por um limite que o diferencia: o direito à vida. A vida situa-se como limite seja pelo risco de vida a que se sentem submetidos os policiais, civis e militares, nos campos e cidades brasileiras, devido ao aumento dos conflitos sociais agrários e à criminalidade urbana violenta; seja a ameaça à vida enquanto efeito de muitas ações violentas de membros das polícias no contexto social brasileiro. Nessa perspectiva, o trabalho policial se realiza sempre na margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso.

As práticas de torturas exercidas por agentes de diferentes polícias, desde os presos políticos, no Estado Novo ou durante o regime militar, ou os presos comuns durante o regime civil da Nova República, indicam uma das facetas deste excesso de poder exercido por agentes da organização policial. Igualmente, as práticas de grupos parapoliciais, dos "esquadrões da morte" aos "justiceiros", desencadeando operações de extermínio contra certos grupos sociais das populações pobres brasileiras

apontam a violência difusa nas grandes cidades de nosso País. ⁽¹⁾

Daí o paradoxo brasileiro: democratizaram-se as estruturas políticas mas a violência, simultaneamente, cresceu e atingiu níveis que despertam o temor por toda a sociedade. Ainda mais, permaneceu sendo exercida por agentes policiais, nos campos e nas cidades: nos campos, as recentes chacinas de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará, são os exemplos mais eloquentes; nas cidades, a presença da polícia militar na repressão letal ao Presídio de Carandirú, em São Paulo, é também um exemplo.

As práticas violentas apresentam uma racionalidade específica, a qual envolve o arbítrio, na medida em que o desencadear da violência produz efeitos incontroláveis e imprevisíveis. ⁽²⁾

Subjacente a todas as formas possíveis de violência, percebe-se - como foco ordenador da lógica de coerção social, como efetividade ou virtualidade nunca esquecida, ou como princípio operatório das relações, o exercício da violência física. Temos, então, o recurso à força e a aplicação da coerção como pertencentes às relações sociais de violência.

A violência é fundadora de uma sociedade dividida, atingindo mais

alguns grupos sociais do que outros: as práticas da violência vão se inserir em uma rede de dominações, de vários tipos - classe, gênero, etnia, por categoria social, ou a violência simbólica - que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas.

Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daquele que é atingido pelo agente da violência. Reencontra-se, no exercício virtual da violência ilegítima, o direito à vida como a terceira margem da instituição policial.

Nesta perspectiva, a organização policial na sociedade brasileira vai se caracterizar por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. As relações dinâmicas e combinatórias destes três vetores vão definir a função social da organização policial no Brasil, na época contemporânea.

A Questão Policial na Sociedade Brasileira

As recentes mobilizações das

Polícias Civis e Militares em 10 Estados colocou de forma aguda os dilemas do processo de democratização das instituições públicas no Brasil. A reivindicação salarial teve o mérito de desnudar a conflitualidade existente dentro das organizações policiais, na relação entre Estado e Polícia e na interação Polícia - Sociedade. As medidas propostas pelo Governo Federal abarcam várias facetas do problema ⁽³⁾, podendo ser resumidas em quatro classes:

A - Modernização e transparência institucional;

B - Formação dos Policiais;

C - Condições de trabalho e de vida;

D - Controle político.

Entretanto, algumas questões permanecem em aberto na Questão Policial:

- Como ficará o problema da desmilitarização das Polícias Militares, ou seja, como construir uma organização com hierarquia e disciplina que não seja militar, pois o objetivo das Polícias é não apenas a segurança do Estado e da propriedade mas também dos cidadãos no seu cotidiano?

- Como assegurar o respeito aos direitos humanos em toda a atividade policial?

- Como alterar o tipo de ordenação disciplinar interna das

corporações para uma ordenação de tipo democrático institucional?

- Como mudar a formação dos policiais de uma orientação marcada pelo Direito Positivo e formalista para uma orientação que incorpore a contemporaneidade do saber crítico em Ciências Humanas e no Direito?

- Como construir uma prática de Segurança Cidadã que garanta, ao mesmo tempo, o Estado e o cidadão, que respeite os direitos humanos e o direito constitucional de associação?

Em qualquer circunstância, a Universidade precisará construir modos de participar do debate e da sugestão de soluções para a Questão Policial que se introduziu dramaticamente na agenda da democratização substantiva da sociedade brasileira.

⁽¹⁾ BICUDO, Hélio. Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo, Moderna, 1994; BARCELLOS, Caco. Rota 66. A História da Polícia que mata. Ed. Globo. São Paulo, 1992.

⁽²⁾ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. "A violência como dispositivo de excesso de poder". In: Revista Sociedade & Estado. Brasília, UnB, V. 10, n. 2, julho-dezembro 1995, p.281-298.

⁽³⁾ Jornal Folha de São Paulo, 3/08/1997, p. 1-14.

Sociólogo, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs.

Esse tal teatro gaúcho

Maristela Bairros

Há alguns anos, quando eu ainda “tinha” uma coluna de crítica semanal do “Correio do Povo”, me animei e coloquei no ar, na Guaíba FM, um programa exclusivamente sobre teatro. Chamava-se “Em Cena, o Teatro no Rádio”, e teve, de saída, dois patrocinadores de peso. Um apoio que me fez delirar por algum tempo e achar que, sim, finalmente, esta terra aprendia a valorizar o palco. Hoje, o programa é só memória e sua morte anunciada me fez lembrar alguma criatura pragmática que, tentando justificar o posterior sumiço dos patrocinadores, me sugeriu transformar o programa em resenha de vídeos, isto sim uma preferência nacional que não exige nem que se saia de casa prá ver essa coisa chata de teatro.

Cinismo à parte, e com um certo distanciamento do finado projeto, hoje até acho que consigo entender a razão de esta iniciativa não ter ido adiante. Afinal, prá que serviria um programa sobre teatro se nestes pampas o povo gosta mesmo é de pagar R\$ 30 reais para ver gente de televisão no palco e com a óbvia intenção de comentar com os amigos seu “lance cultural” quase sempre com olhos para o figurino ou o charme do galã de plantão?

Só falei no tal programa porque seu “desaparecimento” tem tudo a ver com este movimento teatral local em que as casas sofrem do mal crônico da falta de público para as criações nativas e em que a divisão interna é a tônica. Por

exemplo: sindicato de classe é conquista de toda e qualquer categoria de trabalhadores, certo? No caso das ditas artes cênicas parece que não. Há pouco, o Sated (Sindicato dos Artistas e Técnicos do Estado do Rio Grande do Sul) se viu mergulhado num “imbroglio” fenomenal, com direito a busca e apreensão da urna desaparecida, impugnação de chapa montada fora de prazo e muito titití de bastidores.

Vítima de um desmonte cruel, que faz com que perdesse sala, telefone e outros equipamentos, o Sindicato dos trabalhadores do teatro gaúcho está em estado terminal. Nem mesmo o prêmio “Quero-Quero”, seu maior orgulho por ser outorgado pelos iguais da categoria a seus pares, contrapondo-se a júris sempre questionados nas premiações municipais, sobreviveu: dele, ninguém sabe, ninguém viu.

Mas não vamos cair no crime da generalização: há muitos que zelam pelo bom nome do teatro gaúcho. E este segundo semestre chega com um novo lote de produções. E tem para todo o gosto: *commedia dell'arte* para quem gosta de coisinha leve, *besteirol* para desopilar o fígado, dramaturgia alemã para quem gosta de rir amargo e o bom e velho drama existencial de Nelson Rodrigues e Plínio Marcos, sem esquecer o radicalismo de ponta do Ói Nós Aqui Traveiz que faz sua interpretação mais que pessoal de um drama político recente.

Mas o que poucos enxergam e que funciona mesmo nesta província de São

Pedro é uma coisa chamada teatro amador. O termo “amador”, é verdade, dá urticária em muita gente. Só que este tipo de trabalho não-profissional tem se mantido no Interior gaúcho como o verdadeiro espírito do prazer teatral. E, para quem faz esta opção, não existem limitações ou barreiras.

Neste exato momento, um grupo de obstinados que reúne prefeituras, secretarias de cultura, diretores, atores, simpatizantes e “loucos de cara” em geral está na luta para que não deixe de ser realizado, este ano, o Festival Gaúcho de Teatro Amador em sua oitava edição. Contra muito nariz-torcido e muita indiferença, o festival não pretende entregar os pontos facilmente. Até porque tem uma história a respeitar. Uma história de democracia no palco.

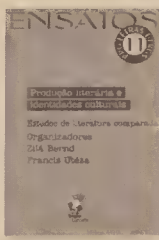
O sistema é simples e transparente. Cidades-sedes (este ano tem Itaqui, Jajeado, Osório, Passo Fundo, Rolante, Salto do Jacuí e Machadinho) agrupam

interessados geograficamente afins e selecionam, nestas etapas regionais, os seus mais dignos representantes. No final do ano, os eleitos vão se enfrentar em Erechim para a festança final. Este ano, quase que o festival dos amadores/amantes do teatro não sai. Mas uma espécie de mutirão cultural está garantindo que, a partir deste setembro, os teatros de praticamente todo o Estado terão chance de mostrar o que sabem fazer de baixo da luz dos spots. Só pelo simples prazer de fazer teatro. Existe coisa mais saudável?

Jornalista, crítica de teatro



ORELHA



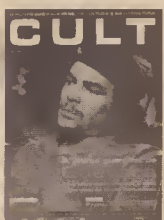
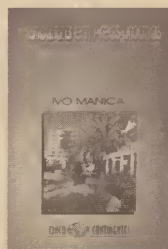
Produção literária e identidades culturais

Zilá Bernd e Francis Utéza (organizadores)
Apresenta estudos de Literatura Comparada abarcando uma ampla diacronia que vai da Conquista à atualidade, revelando o caráter mestiço de literaturas marcadas pelo contato de diversas culturas. Ed. Sagra Luzzatto. 230pg. R\$ 26,00.

Fruticultura em Áreas Urbanas

Ivo Manica

Orienta a maneira correta de desenvolver a produção de frutas junto ao mercado consumidor e pretende ser o ponto de referência para um amplo debate sobre a urbanização acelerada, com a conseqüente redução do número de áreas verdes nas áreas urbanas. Ed. Cinco Continentes. 154pg. R\$ 20,00.



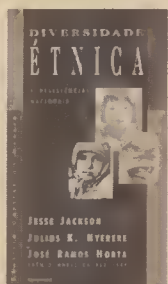
Revista Cult

Nº 1 - Julho de 1997

A revista Cult é um novo espaço para a literatura, a cultura, a reflexão, a imaginação e a memória. Na primeira edição, traz, entre muitos assuntos, o mito Che Guevara, um depoimento do crítico teatral Décio de Almeida Prado e um resgate a história da ABL. Lemos Editorial. R\$ 3,90

Diversidade Étnica

Jesse Jackson, Julius K. Nyerere e José Ramos Horta
Publicação das conferências do ciclo Brasília Capital do Debate - o Século XXI. Apresenta uma análise sobre a história e a situação atual da África, uma reflexão sobre a luta pela independência de Timor Leste e sobre os conflitos sociais e a integração étnica nos Estados Unidos e no Brasil. Ed. Garamond. 95pg. R\$ 10,00.



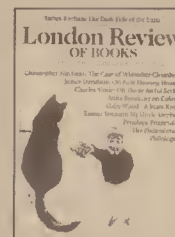
HEMEROTECA

Última edição

London Review of Books

Volume 19 – número 15
31 de julho de 1997

The Dark Side of the Euro – James Buchan
The Case of Whittaker Chambers – Christopher Hitchens
On First Hearing Homer – James Davidson
Oh Those Awful Serbs ! – Charles Simic
Anita Brookner on Colette
A Scary Kook – Gaby Wood
My Uncle Stephen – Emma Tennant
The Philandering Philologist – Penelope Fitzgerald
The Road to Paraguay – Edward Luttwak
More aggressive, dear ! – Zachary Leader
How to See inside a French Milkman – Peter Campbell



Assinaturas

Jornais diários:

– Zero Hora
– Correio do Povo
– Jornal do Comércio
– Folha de São Paulo

Revistas:

– World Today
– Cadernos do terceiro Mundo
– London Review of Books

Professor, todas as publicações assinadas pela Adufrgs estão à sua disposição na sede da associação.

Visite a Home page da Adufrgs:
<http://www.adufrgs.org.br>

Em busca de nova tabela salarial para docentes

Falar em greve nas universidades públicas provoca arrepios na maioria dos professores. As últimas paralisações foram justificadas em nome de reivindicações gerais e da unidade dos servidores públicos federais, mas os ganhos, numa avaliação generosa, foram pífios. Sem resultados animadores, a comunidade acadêmica passou a encarar a greve como forma já desgastada para pressionar o governo, e o chamado movimento docente andou esmaecido. Agora, o quadro pode mudar. Uma reunião ocorrida em Brasília nos dias 8 e 9 deste mês redirecionou a linha de ação da Andes, sindicato que representa os professores universitários brasileiros. Daqui para a frente, a Andes deve centrar suas baterias em duas prioridades: autonomia e salário. Não necessariamente nessa ordem. O sociólogo Renato de Oliveira, presidente da Adufrgs e um dos articuladores da guinada nas diretrizes do sindicato, explica nesta entrevista ao Adverso como e porque ocorreu a mudança.

Silvanio Mariani

Adverso – O que muda no cenário das universidades brasileiras a partir da reunião ocorrida em Brasília no início do mês?

Renato de Oliveira – Com a mudança, deixamos de priorizar uma possível mobilização conjunta com os servidores públicos federais e passamos a privilegiar uma estratégia de recomposição da tabela dos professores das instituições federais de ensino superior. Isso decorre do amadurecimento político do movimento docente, que afirma a noção de que as lutas gerais não excluem as específicas. Com essa decisão, nós retomamos o melhor da tradição do movimento docente, que soube lutar contra a ditadura militar sem esquecer os interesses específicos da universidade.

Adverso – Qual a diferença para o passado?

Renato – Até agora, o sindicato seguia proposta da diretoria, comprometida com o que eles chamam de "construção da greve geral nacional contra o governo de Fernando Henrique". Essa era a prioridade. Qualquer estratégia setorial ficava subordinada à avaliação de sua contribuição à construção de uma greve geral nacional. Isso criou o fato de que os professores das universidades federais formavam a única categoria órfã de um sindicato que lutasse por seus direitos específicos. Os professores das universidades estaduais lutam por seu salário com o apoio da Andes. As estaduais paulistas, paranaenses e fluminenses tiveram mobilizações e até greves vitoriosas por questões salariais e de carreira neste ano. E isso, à revelia de qualquer mobilização de outros servidores estaduais. Só os servidores federais é que foram guindados pela direção da Andes à condição de cavaleiros na luta contra o neoliberalismo e, portanto, não podiam lutar por seus interesses específicos. Isso é uma distorção que foi corrigida.

Adverso – A quem se devia essa distorção?

Renato – A uma vocação maximalista na diretoria da Andes, uma visão catastrofista da conjuntura nacional e internacional que leva a uma conclusão de que qualquer enfrentamento hoje é definitivo ou prepara para o enfrentamento definitivo. Há quem acredite que hoje vivemos o embate de dois projetos: o neoliberal e o democrático popular. Esses dois projetos se enfrentam em escala planetária, e qualquer luta se espelha nessa perspectiva. Para quem tem essa visão, a questão salarial dos professores universitários é uma questão menor. Teve um professor da Universidade Federal Fluminense que numa reunião em Ouro Preto

deixou escapar que as condições "estão maduras para que hoje possamos desenvolver uma solidariedade interplanetária". Obviamente que foi um ato-falho na colocação, mas revela o nível de catastrofismo na percepção do grupo político que hoje está na diretoria da Andes. Em suma, o que eles pensam é que resolver o problema da universidade é um problema menor frente à necessidade de derrubar o neoliberalismo, se possível em escala planetária.

Adverso – Já existe um índice de reajuste salarial a ser negociado com o governo?

Renato – Se fôssemos procurar um índice, seguiríamos a inflação medida desde o início do Plano Real, que gira entre 60% e 70% pelos cálculos oficiais. Mas acho que podemos aproveitar a oportunidade para repensar a nossa estrutura salarial de carreira. Nosso piso é vergonhoso, e representa apenas um terço do que recebe um professor das universidades privadas no Rio Grande do Sul. Esse piso pode ser equiparado com profissões de nível superior que têm jornada de 20 horas regulamentada, por exemplo. E temos ainda uma reivindicação antiga de incorporação da GAE (*Gratificação por Atividade Executiva*). Podemos aproveitar a ocasião para reivindicar aumento e incorporação dessa gratificação. Se reivindicarmos o aumento da GAE para 200% (*hoje é de 160%*), por exemplo, ela ainda vai ficar abaixo dos servidores do legislativo e do judiciário.

Adverso – Há alguma novidade para questões como Titulação e Dedicção Exclusiva?

Renato – Sim, atualmente nós recebemos um acréscimo de 12% para especialistas, 25% para mestres e 50% para doutores. Acho que podemos aumentar esses percentuais para mestres e doutores e equiparando-os às carreiras científicas dos institutos de pesquisa do governo federal, que recentemente negociaram um reajuste em que os mestres passaram a ter um acréscimo de 40% sobre seus salários, e os doutores, de 75%.

Com relação à DE, podemos aumentar a gratificação dos atuais 55% para 70%, e ainda ficaremos abaixo de outras carreiras do Estado. A lógica disso é ampliar uma concepção de carreira que estimule a dedicação à universidade, portanto, às atividades-fim da instituição, que são o ensino,



Fabrizia Osanai

a pesquisa, a extensão, o aperfeiçoamento. Junto a essa proposta de aumento do percentual para DE, temos que propor forma de controle mais rígido de avaliação dessa dedicação. Nós podemos ser avaliados de dois em dois anos, por exemplo, como temos possibilidade de subir de nível nesse período. Veja, eu tenho DE há mais de dez anos e ninguém até hoje me perguntou o que tenho produzido para merecer DE. Isso é um absurdo. A DE não é um prêmio; a pessoa tem que se dedicar integralmente à universidade e produzir. Agora, tudo isso pode ser revisto com a reestruturação da tabela.

Adverso – O governo pretende transformar universidades em organizações sociais; isso não dificulta as pretensões dos professores?

Renato – Não há dúvida de que do ponto de vista do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), significa um anátema, não tem o menor trânsito. Agora, tem setores importantes do MEC que, por conta da evasão de professores, começam a se preocupar com a situação salarial nas universidades. Eles podem ter discordância da posição majoritária da comunidade acadêmica quanto o quê fazer com as universidades federais, mas certamente não estão aí para jogar fora um patrimônio que foi construído com muito sacrifício ao longo de décadas e que está sendo perdido em razão dos baixos salários. Na realidade, o maior adversário é o Mare.

Adverso – Além disso, acrescente-se a notória dificuldade de mobilização dos professores universitários...

Renato – Sim, mas eu acho que essa decisão de Brasília traz uma nova perspectiva de mobilização para as universidades. As duas

últimas greves nacionais foram programadas em conjunto com os demais servidores públicos e fracassaram. Isso gerou um clima de desânimo muito grande dentro das universidades. Nós já tivemos greves conjuntas em

que as outras categorias dos servidores públicos saíram e os professores universitários continuaram. Mas neste momento, há um rejuvenescimento na retomada da dinâmica combativa do movimento docente.

Adverso – Há iniciativas para buscar apoio

junto a outras instituições?

Renato – É evidente, nós temos que ter o apoio do Congresso, porque a alteração de nossa tabela tem que ser feita através de projeto de lei. Além disso, fica mais fácil encaminhar uma negociação com o MEC se tivermos o apoio do Congresso. Conscientes disso, iniciamos há alguns meses aqui na Adufrgs um trabalho junto à bancada gaúcha na Câmara para divulgar uma concepção de autonomia universitária que garanta seu caráter público. Essa iniciativa conta hoje com o apoio da reitoria da Ufrgs. Como resultado, já constatamos maior sensibilidade dos deputados para a questão da universidade, e certamente nossa bancada nos apoiará na reestruturação da tabela salarial. Outra iniciativa é a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia. Eu estive no início de agosto em Brasília em companhia da professora Wana Panizzi, reitora da Ufrgs, quando pude conversar com o deputado Ivan Valente, coordenador da Frente. Ele espera a concretização de nossa proposta para começar a trabalhar dentro da Frente. A partir daí teremos uma ramificação para outros setores do Congresso. Isso não significa abdicar da mobilização em troca de iniciativas na via institucional, mas dar importância devida a ambas as frentes de atuação.

Adverso – E qual a opinião dos reitores frente a um possível confronto com o governo?

Renato – Nós já tivemos manifestações favoráveis de vários dirigentes, inclusive da Ufrgs, na medida em que os reitores preocupam-se com a evasão nas universidades em função dos baixos salários. Esperamos que a atitude da Andifes (*Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior*) seja firme na defesa de nossas reivindicações.

Adverso – E a relação com a sociedade?

Renato – Será deflagrada uma campanha nacional de mídia em favor das universidades públicas. A campanha foi desenvolvida por uma agência de Recife, e consegue mostrar justamente isso: a relação entre o salário do professor com a qualidade do seu trabalho. Nós esperamos começar um trabalho de conquista da sociedade.

Adverso – Existe uma estratégia para mobilizar os professores universitários?

Renato – Nós devemos apresentar aos professores uma proposta de reajuste salarial que passa por uma reestruturação da tabela, que em suma significa discutir a própria universidade e aprimorar o vínculo com a instituição. Temos que mostrar que essa proposta tem o apoio consistente dos reitores na Andifes e um apoio consistente no Congresso para negociarmos com o MEC. Se conseguirmos mostrar isso aos professores, teremos condições de reverter esse quadro. Enfim, se nos constituirmos numa comunidade docente organizada, forte e unificada em torno de consensos básicos de seus interesses e da relação desses interesses com a defesa da universidade, como já existiu no passado, eu acho que definiremos o teatro da discussão sobre autonomia universitária e poderemos mudar o jogo. Se isso não for feito, não só não conseguiremos reverter a questão salarial como vamos abrir a porta para o governo fazer o que bem entende com a universidade.